

Haddad defende cota para importação de aço e diz que consumo vai crescer

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu na segunda-feira (20) a decisão do governo federal de estabelecer uma cota para a importação de 11 tipos de aço para impedir o que descreveu como “concorrência desleal”.

Haddad afirmou, ainda, que o chamado “aço verde” deve ser o carro-chefe para a abertura de mercados internacionais para o país.

O ministro participou de evento no Palácio do Planalto com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), outros ministros e representantes da indústria do aço. Na ocasião, os empresários anunciaram investimentos de R\$ 100 bilhões.

O anúncio veio como uma contrapartida à decisão do governo de criar a cota de

importação. No mês passado, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior decidiu elevar para 25% o imposto de importação de 11 produtos de aço e estabelecer cotas de volume de importação para esses produtos de maneira que a tarifa só sofrerá aumento quando as cotas forem ultrapassadas.

“O Mdic [Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços] foi muito bem em eliminar concorrência desleal”, afirmou o ministro.

Haddad afirmou na sequência que o consumo de aço atualmente está num “patamar inaceitável” e que prevê crescimento para os próximos meses.

O ministro da Fazenda também disse que o Brasil deveria focar a produção ver-

de, para buscar a abertura de novos mercados no exterior.

O chefe da equipe econômica elencou, ainda, uma série de problemas que foram herdados do governo Jair Bolsonaro (PL), citando especificamente o que chamou de “calote dos precatórios” e a redução de tributos sobre combustíveis às vésperas das eleições presidenciais de 2022.

Haddad disse para o presidente Lula que o “destino caprichou com o senhor”, dando “tarefas muito difíceis para um chefe de Estado enfrentar”, citando a tragédia climática no Rio Grande do Sul.

O ministro aproveitou para criticar quem não tem otimismo em relação à situação econômica do Brasil, citando as melhoras do país nas classificações de agências de risco.

Renato Machado/Folhapress



Economia



Economistas aumentam projeção de juros e reduzem previsão de alta do PIB deste ano *Página - 03*

Política

Aliados de Lula esperam reforma ministerial após eleições municipais *Página - 04*

Extremismo na política serve para poucos e para conquistar votos, diz Pacheco *Página - 04*

Camex zera tarifa de importação para garantir abastecimento de arroz *Página - 03*



Maior Bolsa de energia do mundo vai lançar plataforma no Brasil em junho *Página - 08*

Rival da Shein e Shopee, Temu já pode operar no Brasil pelo Remessa Conforme *Página - 08*



No Mundo

Queda de helicóptero mata o presidente do Irã, Ebrahim Raisi



O presidente do Irã, Ebrahim Raisi, 63, morreu na queda do helicóptero em que viajava neste domingo (19) com sua comitiva, incluindo o chanceler Hossein Amirabdollahian. A aeronave os transportava de volta ao país depois de uma visita à fronteira com o Azerbaijão.

“O presidente Raisi, o ministro das Relações Exteriores e todos os passageiros do helicóptero morreram na queda”, disse um alto funcionário iraniano à Reuters, pedindo para não ser identificado.

A mídia estatal do país havia informado, na madrugada desta segunda (20), que a aeronave foi encontrada e que foi realizado conta-

to com um dos passageiros, mas não deu mais detalhes. O Crescente Vermelho, braço da Cruz Vermelha em países de maioria muçulmana, confirmou a informação.

“O helicóptero foi encontrado. Estamos indo agora em sua direção”, disse Pirhossein Koolivand, chefe do Crescente Vermelho. “A situação não é boa”, acrescentou.

Logo depois, a emissora estatal afirmou que as equipes de resgate não encontraram sinal de vida no local do incidente. “Neste momento, não há nenhum sinal que mostre que os passageiros do helicóptero estejam vivos”, afirmou a TV após a localização da aeronave.

Um repórter da mídia local disse que havia começado

a chover no local de buscas, e a lama e o escuro complicam ainda mais os esforços. A televisão estatal afirmou que a aeronave caiu por conta de condições climáticas adversas, mas não confirmou se há mortos ou feridos.

Uma autoridade iraniana ouvida em condição de anonimato pela agência Reuters disse que o helicóptero caiu em terreno montanhoso quando Raisi voltava de uma visita à fronteira do Irã com o Azerbaijão. Segundo a autoridade, as informações que chegaram do local do incidente são “muito preocupantes”, e as vidas de Raisi e do chanceler Hossein Amirabdollahian, que também estava no helicóptero, correm perigo.

Victor Lacombe/Folhapress

Procurador do TPI pede mandado de prisão para Netanyahu e três líderes do Hamas

O procurador do TPI (Tribunal Penal Internacional), Karim Khan, disse na segunda-feira (20) que solicitou mandados de prisão para os líderes do Hamas e para o primeiro-ministro Binyamin Netanyahu de Israel por crimes de guerra e crimes contra a humanidade relacionados ao ataque de 7 de outubro de 2023 e à guerra em Gaza.

Após mais de 200 dias de guerra entre Israel e Hamas, o procurador do tribunal com sede em Haia informou em um comunicado que apresentou pedidos para ordens de prisão contra Netanyahu e seu ministro da Defesa, Yoav Gallant, por crimes como “matar deliberadamente os civis de fome”, “homicídio doloso” e “extermínio e/ou assassinato” na Faixa de Gaza. “Afirmamos que os crimes contra a humanidade acusados foram cometidos como parte de um ataque generalizado e sistemático contra a população civil pa-

lestina, para cumprir uma política de Estado. Segundo as nossas conclusões, alguns destes crimes continuam sendo cometidos”, declarou Khan, em referência a Netanyahu e Gallant.

Embora o pedido de Khan ainda precise ser aprovado por juízes do tribunal, o anúncio é um golpe para o governo de Netanyahu e provavelmente alimentará críticas internacionais à estratégia de Israel em sua campanha de sete meses contra o Hamas e o impacto da guerra na população civil de Gaza.

O prazo para os juízes da corte determinarem se as provas apresentadas são suficientes para um pedido de prisão varia. O governo de Israel chamou o pedido de “vergonha histórica”. O Hamas afirmou que “condena veementemente” os mandados de prisão contra “vários líderes da palestina” por “equiparar vítima ao carrasco”. Os territórios aderiram ao tribunal em 2015.

Folhapress

Novo líder em Taiwan pede fim de intimidação por Pequim e mais intercâmbio



Em seu discurso de posse na segunda-feira (20) em Taipé, capital taiwanesa, Lai Ching-te disse querer “exortar a China a parar com a intimidação verbal e militar” de Taiwan e a “dividir responsabilidades na manutenção da paz e da estabilidade no estreito” que separa a ilha do continente.

Prometeu “não ceder nem provocar”, manter o status quo e ser “o timoneiro da paz”.

Acrescentou esperar que Pequim “possa tomar passos concretos na direção da reconciliação com Taiwan, inclusive retomando trocas bilaterais, como intercâmbio turístico e de estudantes, trabalhando no caminho para

uma coexistência pacífica”. Evitou falar em ampliação comercial, mas apontou a prosperidade que viria com a paz.

As relações pioraram ao longo dos últimos oito anos, no governo de Tsai Ing-wen, de quem ele era vice. Ambos são do Partido Democrático Progressista (PDP), mas Lai é historicamente mais voltado à independência da ilha, o que já o levou a ser chamado de “encrenqueiro” por Pequim.

No discurso, buscou manter sua posição, em parte, dizendo que “a República da China [nome de Taiwan] e a República Popular da China não são subordinadas uma à outra”. E que, com os apoios internacionais à ilha, seria “evidente que Taiwan é um

país que pertence ao mundo”.

Lai fez carreira prometendo independência, mas nesta última campanha eleitoral procurou se moderar. Para Pequim, a China continental e Taiwan são duas partes de uma só China.

Em nota no início da noite, em Pequim, o Escritório para Assuntos de Taiwan afirmou que Lai mostrou ser, como ele próprio se descreveu no passado, “um trabalhador pela independência” da ilha, com “sinais perigosos” em seu discurso. Ele “promove a falácia do separatismo, incita o confronto no estreito e tenta se apoiar em forças estrangeiras para buscar independência”.

Nelson Sá/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Economistas aumentam projeção de juros e reduzem previsão de alta do PIB deste ano



Relatório do Banco Central (BC) projeta que a Selic fechará o ano em 10%, sendo a terceira semana consecutiva de aumento na projeção da taxa básica de juros. A expectativa é 0,25 p.p (ponto percentual) maior que estimativa de 9,75% da semana anterior.

Para PIB (Produto Interno Bruto), a previsão é de queda. A redução vem após aumento na última publicação do boletim Focus. A estimativa é que o crescimento deste ano fique em 2,05%, 0,04 p.p menor que o anterior de 2,09%.

O boletim Focus, publicado semanalmente, é feito pelo BC, baseado em economistas ouvidos pela autarquia.

No Focus, especialistas

consultados mantém a aposta de redução de 0,25 p.p na reunião de junho do Copom (Comitê de Política Monetária).

Atualmente a Selic está em 10,50%, sendo seu último corte de 0,25 p.p, após Comitê mudar ritmo de corte dos juros, depois de seis reduções consecutivas de 0,50 p.p

No longo prazo, economistas mantêm previsão da Selic a 9% para 2025 e 2026 e elevam a projeção da taxa para 2027 em 0,07 p.p, levando a taxa básica também a 9% -ante 8,63%.

Já o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) deve fechar este ano em 3,8%, aumento de 0,04 p.p. Esta é a segunda semana de aumento na inflação após uma sequência de quatro quedas.

A projeção para 2025 também sofreu aumento de 0,04 p.p. Para 2025 e 2026 a inflação calculada se mantém em 3,5%.

O centro da meta oficial para a inflação em 2024, 2025 e 2026 é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 p.p. para mais ou menos.

O PIB (Produto Interno Bruto) mantém a estimativa de crescimento para próximos três anos, que permanece em 2,00%.

Já o câmbio sofre alteração de R\$ 0,04, com paridade com dólar encerrando o ano em R\$ 5,04, de acordo com o boletim do BC. Esta é a primeira alteração na taxa cambial após estabilidade de terceira semana seguida.

Patrick Fuentes/Folhapress

Camex zera tarifa de importação para garantir abastecimento de arroz

Três tipos de arroz deixarão de pagar Imposto de Importação para entrar no país. Em reunião extraordinária, o Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) zerou nesta segunda-feira (20) as tarifas para dois tipos não parbolizados e um tipo polido/brunido do grão.

A medida tem como objetivo garantir o abastecimento de arroz após as enchentes no Rio Grande do Sul. O estado responde por 70% da oferta nacional do produto.

Para zerar as tarifas, os três tipos de arroz foram incluídos na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (Letic) do Mercosul. A medida, informou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), foi pedida pelo Ministério

da Agricultura e Pecuária e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A resolução do Gecex/Camex será publicada no Diário Oficial da União até a próxima quinta-feira (23). A medida vale até 31 de dezembro. A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Mdic vai monitorar a situação para reavaliar o período de vigência, caso necessário.

Atualmente, a maior parte das importações de arroz no Brasil vem do próprio Mercosul, sem pagar tarifa de importação. O Mdic informa que a redução a zero da alíquota abre espaço para a compra de arroz de outros grandes produtores, como a Tailândia. Até abril deste ano, o país asiático respondia por 18,2% das importações brasileiras de arroz.

Wellton Máximo/ABR



BNDES deve criar linha de crédito para perdas e danos climáticos



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) precisa criar linhas de crédito especiais para perdas e danos provocados pelas mudanças climáticas, afirmou o diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos, Nelson Barbosa. Durante evento global sobre financiamento climático, que reuniu representantes de bancos de desenvolvimento e representantes de governos do G20, ele defendeu linha de crédito para reconstrução do Rio Grande do Sul.

“Nesse momento, a gente enfrenta um novo desafio devido aos eventos climáticos do Rio Grande do Sul, que irão requerer uma linha de crédito especial para reconstrução. Já

temos linhas para mitigação e para adaptação, agora temos que pensar também em linhas para cuidar de perdas e danos”, destacou o diretor do banco. Barbosa afirmou que, com a nova realidade, os bancos de desenvolvimento também terão que enfrentar com outras realidades dos eventos climáticos extremos como lidar com os efeitos dos refugiados climáticos.

“O volume dos recursos envolvidos e o prazo necessário tornam inevitáveis uma participação mais direta do governo”, disse Barbosa. “O BNDES vai cumprir seu papel, de auxiliar o Ministério da Fazenda e as demais autoridades regionais nessa reconstrução.

Barbosa lembrou que o BNDES já administra o Fun-

do Clima, mantido com recursos da União, para financiar a transição climática no país, com juros subsidiados. Hoje o fundo conta com US\$ 2 bilhões (cerca de R\$ 10 bilhões).

De acordo com a secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tatiana Rosito, o montante necessário para lidar com as mudanças climáticas já vem sendo discutido há anos.

“Sabemos que teremos que ir de bilhões para trilhões. O diagnóstico é muito claro, temos que avançar nas melhores formas de lidar com o compartilhamento de riscos e na conexão de diferentes instituições, locais ou globais, nacionais ou subnacionais, e reunir recursos públicos e privados para atingir a escala que necessitamos”.

Vitor Abdala/ABR



Aliados de Lula esperam reforma ministerial após eleições municipais



Aliados do presidente Lula (PT) dizem que o petista deve fazer novas trocas no governo até o final do ano, após as eleições municipais de outubro. Nesta semana, o petista deslocou o ministro Paulo Pimenta, que era da Secom (Secretaria de Comunicação Social da Presidência), para o Ministério Extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul. A previsão é que ele ocupe o cargo até fevereiro de 2025.

Petistas demonstram dúvidas em relação ao retorno de Pimenta à Secom e veem a troca como o princípio de uma reforma ministerial, já que o ministro é alvo de críticas por sua atuação na pasta.

A avaliação de três ministros e uma pessoa próxima do

governo, porém, é que Lula vai aguardar as eleições municipais antes de definir outras alterações. O redesenho da Esplanada dependerá da correlação de forças saída das urnas. A tendência, indicou o presidente a auxiliares, é já preparar o governo e também o PT para as eleições gerais em 2026.

Um integrante do Planalto diz que Lula está descontente com alguns auxiliares e aponta problemas justamente na área da comunicação. Por isso uma mudança pontual antes de outubro não é descartada. A expectativa é que trocas substanciais ocorram só depois do pleito.

Um nome cotado para integrar o governo na possível troca de cargos nos ministé-

rios é o da deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR). Ela termina seu mandato na presidência do PT em fevereiro de 2025. Lula conversou com correligionários e expressou o desejo de ter o prefeito de Araraquara, Edinho Silva (PT), no comando da sigla a partir do ano que vem.

O presidente já tratou do assunto com o próprio Edinho, que também é citado como uma opção para substituir Pimenta na Secom. Edinho atuou como um dos coordenadores da campanha presidencial na área da comunicação em 2022. Hoje, porém, a tendência é que ele assuma o PT. A presidência da legenda será ainda mais relevante no período porque englobará as eleições presidenciais de 2026. Folhapress

Extremismo na política serve para poucos e para conquistar votos, diz Pacheco



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), fez um discurso conciliatório e de defesa da moderação durante almoço no Instituto dos Advogados de São Paulo na segunda-feira (20).

“O radicalismo e o extremismo servem para poucos, e para esses poucos terem adesão na hora do voto”, disse.

Pacheco afirmou que a briga acaba sendo um instrumento para garantir mais atratividade no discurso eleitoral, mas que o político não deve pensar em eleições o tempo todo.

“Quem está na política pensando o tempo inteiro em eleição é melhor sair dela, porque a política é feita para poder dar resultado para as pessoas. Não para garantir

nova eleição ou like em rede social.”

Questionado pela imprensa sobre as críticas que líderes do Congresso têm feito sobre dificuldades de articulação e diálogo com o governo Lula (PT), Pacheco respondeu que “é muito importante ouvir críticas e buscar equacioná-las”. Disse também que, depois das críticas, os envolvidos sentam à mesa e dialogam.

Neste mês, o governo Lula conseguiu costurar acordos no Congresso Nacional e evitar a derrubada de vetos presidenciais em temas prioritários, como o controle do orçamento e a lei das saídas.

O avanço das negociações foi atribuído pelos governistas a uma força-tarefa de ministros e à atuação de Pacheco.

Apesar da boa relação com Lula, Pacheco demons-

trou irritação no mês passado diante da ação movida pelo governo junto ao STF (Supremo Tribunal Federal) para suspender a desoneração da folha de pagamentos de prefeituras e 17 setores da economia. O senador disse que o governo cometeu um “erro primário”, causou uma “crise de confiança” entre os Poderes e tentou “um terceiro turno”.

Nesta segunda, Pacheco também comentou sobre declaração na casa do ex-governador João Doria que sinalizaria para sua aposentadoria ao fim do mandato, em 2026. O senador afirmou que na ocasião repetiu a ideia de que existe uma data de entrada e uma data de saída da vida pública, e que ele não se eternizaria na política. “Agora, o futuro a Deus pertence”, disse. Folhapress

Publicidade Legal

Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ/MF nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2024

Data/hora/local: Em 22/04/2024, 9hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Convocação publicada no Jornal Data Mercantil. Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **Deliberações aprovadas:** **1.1.** Considerar como sanada a inobservância dos prazos referidos no art. 133 da Lei das S.A. **1.2.** Aprovada a dispensa da presença de representantes dos auditores independentes da Companhia. **1.3.** Aprovada as Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes; **1.4.** Aprovada a proposta da administração sobre a constituição de reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 52.382.782,10, à conta do saldo de lucro de exercícios anteriores, conforme contabilizado em 31/12/2023. **1.5.** Aprovada a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023, em conformidade com a proposta da administração que, rubricada pelos membros da mesa, fica arquivada na sede da companhia. **1.6.** Aprovada a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; **1.7.** Eleger as seguintes pessoas para o Conselho de Administração, todas com mandato até a AGO de 31/12/2024: (a) **Lucas Santos Rodas**, brasileiro, administrador de empresas, com escritório em Ribeirão Preto/SP, na qualidade de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração; (b) **Paulo Zucchi Rodas**, brasileiro, empresário, com escritório em Ribeirão Preto/SP, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração. (c) **Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves**, brasileiro, advogado, com escritório em São Paulo/SP, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração. (d) **Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque**, brasileiro, economista, com escritório em São Paulo/SP, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração. (e) **Alexandre Gonçalves Silva**, brasileiro, engenheiro, residente e domiciliado em São Paulo/SP, na qualidade de membro efetivo independente do Conselho de Administração. (f) **Weber Ferreira Porto**, brasileiro, engenheiro químico, residente e domiciliado em São Paulo/SP, na qualidade de membro efetivo independente do Conselho de Administração. **1.8.** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomam posse dos referidos cargos mediante assinatura dos termos de posse declarados sob a pena da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **1.9.** Aprovado o valor apurado pela Diretoria e ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia com relação ao valor do EBITDA referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor de R\$ 290.102.233,21, que deverá servir de parâmetro para os limites da atuação da administração da Companhia estabelecidos no Estatuto Social, em conformidade com a deliberação do Conselho de Administração. **1.10.** Aprovada a projeção do Endividamento Líquido da Companhia para o Exercício de 2024, conforme material detalhado já apresentado ao Comitê Financeiro e ao Conselho de Administração. Nada mais. São Paulo, 22/04/2024. JUCESP nº 203.347/24-9 em 15/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ/MF nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2024

Data/Hora/Local: Em 30/04/2024, 9hs, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada. Presentes todos os membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **Deliberações aprovadas:** **5.1.** A eleição dos seguintes Diretores: (i) Sr. **Marcos de Barros Cruz**, brasileiro, divorciado, engenheiro eletricista, para **Diretor Geral**; (ii) Sr. **Marcos Romanoski**, brasileiro, casado, engenheiro químico, para **Diretor sem designação específica**; e (iii) Sr. **Francisco José Carrara Fava**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, para **Diretor sem designação específica**, todos com mandato de 1 a partir da presente data. **5.2.** A eleição do Sr. **Francisco José Carrara Fava**, acima qualificado, para **Diretor Financeiro** das seguintes empresas controlada e investida, respectivamente; **NBT S.A.** e **Vivus Agro Defensivos Agrícolas S.A.**, com mandato de acordo com os seus respectivos estatutos sociais e conforme vier a ser deliberado em assembleia geral das respectivas sociedades. **5.3.** Fica consignado que o Sr. **Maurício Gabriel Guimarães Siqueira de Vasconcelos Galvão**, o qual havia sido eleito para o cargo de Diretor em RCA de 31/03/2023, encerra, nesta data, seu mandato como Diretor e em de suas controladas. **5.5.1.** Aprovada a eleição dos seguintes Diretores para as seguintes empresas controladas: i) Sr. **Marcos de Barros Cruz**, acima qualificado, para atuar como administrador na seguinte empresa controlada da Companhia: **Nitro Química Corporation**; ii) Sr. **Francisco José Carrara Fava**, acima qualificado, para atuar como administrador nas seguintes empresas controladas da Companhia: **Promak S.A.** e **Nitro Química Corporation**; iii) Sr. **Marcos Romanoski**, acima qualificado, para atuar como administrador na seguinte empresa controlada da Companhia: **Promak S.A.**; iv) Sr. **Felipe Fornazari Subtil**, brasileiro, casado, administrador de empresas, para atuar como administrador nas seguintes empresas controladas da Companhia: **Nitro Química Corporation** e **Promak S.A.**; e, v) Sr. **Fernando Matheus**, brasileiro, casado, administrador de empresas, para atuar como administrador na seguinte empresa controlada da Companhia: **Nitro Química Corporation**; Consignar que os Diretores ora eleitos tomam posse dos referidos cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse e que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. Nada mais. SP, 30/04/2024. JUCESP nº 204.704/24-8 em 16/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Confira no nosso site as principais notícias do dia:
datamercantil.com.br

Indústria Química Kimberlit Ltda.

CNPJ/ME nº 61.167.060/0001-98 - NIRE 35.208.801.226

Edital de Convocação para Assembleia Geral dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos

A Indústria Química Kimberlit Ltda. ("Emitente"), convoca os titulares das notas comerciais ("Titulares de Notas Comerciais"), emitidas no âmbito da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Indústria Química Kimberlit Ltda. ("Notas Comerciais" e "Emissão", respectivamente), a reunirem-se em Assembleia Geral, nos termos da Cláusula 10.1. do "Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Indústria Química Kimberlit Ltda." datado de 23 de março de 2022, conforme aditado ("Termo de Emissão"), celebrado entre a Emitente e a Pentagon S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), a ser realizada de forma exclusivamente digital, através do sistema eletrônico Google Meet, com o link de acesso a ser encaminhado pela Emitente aos Titulares de Notas Comerciais habilitados, em primeira convocação, no dia **27 de maio, às 11:00 horas**, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), sendo considerada como realizada na sede da Emitente, na cidade do Olimpia/SP, na Rodovia Assis Chateaubriand, CEP: 15409-899, e tendo como objeto a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovação para a concessão de waiver e consequentemente a não declaração de vencimento antecipado não automático da Emissão, em decorrência do descumprimento, pela Emitente, dos Índices Financeiros previstos na cláusula 5.2.1 item (xviii) do Termo de Emissão, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Aprovação para alteração dos critérios dos Índices Financeiros, previstos na cláusula 5.2.1 (xviii) item (a) do Termo de Emissão, sendo certo que, em caso de aprovação, serão apurados os índices financeiros consolidados do grupo utilizando dados das empresas Indústria Química Kimberlit Ltda, Bionat Soluções Biológicas Ltda e Loyder Indústria de Aditivos e Fertilizantes Ltda, conforme abaixo: a. **2024:** Dívida Líquida / EBITDA > 4,00x; b. **2025:** Dívida Líquida / EBITDA > 3,50x; c. **2026:** Dívida Líquida / EBITDA > 3,00x e d. **2027:** Dívida Líquida / EBITDA > 2,80x. (iii) Aprovação para que, excepcionalmente, caso a Emitente não mantenha os índices financeiros na forma estabelecida nos subitens (a) e (b) abaixo, seja previsto o limite de distribuição de Dividendos, Juros sobre Capital Próprio ou Mútuo da Emitente em valor de até R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) corrigidos a IPCA ("Índice Financeiro Dividendos"); a. **2024:** Dívida Líquida / EBITDA > 2,50x; b. **2025 e 2026:** Dívida Líquida / EBITDA > 2,00x. (iv) Aprovação para inclusão do item (xxv) na cláusula 7.1. do Termo de Emissão com a finalidade de prever a obrigação de apuração dos Índices Financeiros de forma trimestral, de modo que, em caso de aprovação, o referido item passará a vigorar com a seguinte redação: "(xxv) Realizar a apuração dos Índices Financeiros de forma trimestral pela Emitente com a validação do Agente Fiduciário, sem que eventual desenquadramento dos indicadores acima configure um Evento de Vencimento Antecipado;" (v) Aprovar a inclusão do item (xxvi) na cláusula 7.1. do Termo de Emissão, para que a auditoria seja realizada por uma das seguintes empresas a partir do exercício de 2025: KPMG, Ernst Young, Deloitte, PricewaterhouseCoopers (PwC), Grant Thornton, ou BDO, de modo que, em caso de aprovação, o referido item passará a vigorar com a seguinte redação: "(xxvi) Submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, a auditor registrado na CVM, a ser realizada por uma das seguintes empresas: KPMG, Ernst Young, Deloitte, PricewaterhouseCoopers (PwC), Grant Thornton, ou BDO a partir do exercício de 2025." (vi) Aprovar a inclusão de uma nova garantia de penhor de estoque de insumos ("Contrato de Penhor de Estoque de Insumos") que compreende macro nutrientes granulados do complexo NPK, micro e macro nutrientes e sais minerais em razão mínima de 20% (vinte por cento), no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da eventual aprovação em Assembleia; e (vii) Autorização à Emitente e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias indicadas nesta ordem do dia, incluindo, mas não se limitando à celebração do 2º Aditamento ao Termo de Emissão e do Contrato de Penhor de Estoque de Insumos, no prazo de 60 dias contados da realização da Assembleia. A Assembleia será realizada de forma digital através do sistema eletrônico Google Meet, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emitente àqueles Titulares de Notas Comerciais que enviarem para o endereço eletrônico ri@essere.group e para assembleias@pentagontrustee.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma da Resolução CVM 81, os seguintes documentos: (i) Pessoa física: documento de identidade válido com foto dos Titulares de Notas Comerciais (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) Pessoa jurídica: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal dos Titulares de Notas Comerciais; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iii) Fundo de investimento: (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. (iv) Caso qualquer um dos Titulares de Notas Comerciais indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. A Emitente permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Titulares de Notas Comerciais no que diz respeito a presente convocação e da Assembleia. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação. Olimpia, 16 de maio de 2024. **Indústria Química Kimberlit Ltda.** (17, 20 e 21/05/2024)

Athena Saúde Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 31.701.408/0001-14 - NIRE 35.300.522.681

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

O Conselho de Administração da Athena Saúde Brasil S.A. ("Companhia"), vem, pelo presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), convocar os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 27 de maio de 2024, às 18h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência Zoom, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81"), nos termos do art. 124, § 2º da Lei das S.A., para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) consignar a renúncia de membro do Conselho de Administração da Companhia; (ii) aprovar a eleição de novo membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, bem como ratificar a composição do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) a autorização aos administradores da Companhia para realizarem todos os atos necessários para a efetivação das matérias constantes da ordem do dia. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores - ri@athenasaude.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; e (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro representante acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. As informações relativas às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 18 de maio de 2024. **Ana Teresa do Amaral Meirelles** - Presidente do Conselho de Administração. (18, 21 e 22/05/2024)

Arquivei Serviços On Line Ltda.

CNPJ/MF nº 19.427.033/0001-40 - NIRE 35.228.036.550

ConexãoNF-E Sistemas de Informação S.A.

CNPJ/MF nº 07.731.801/0001-76

Reunião de Sócios

Em 01/04/2024 as sócias das sociedades Arquivei Serviços Online Ltda. inscrita no CNPJ nº 19.427.033/0001-40 e com NIRE nº 35.228.036.550 e da ConexãoNF-E Sistemas de Informação inscrita no CNPJ/MF nº 07.731.801/0001-76 aprovaram a incorporação da Conexão NF-E pela ARQUIVEI com base no balanço patrimonial de 29/02/2024, nos termos e condições constantes no Protocolo de Justificação de Incorporação da Conexão NF-E Sistemas de Informação S.A. pela Arquivei Serviços Online Ltda. celebrado em 01/04/2024, como resultado da incorporação total, a incorporada é extinta e sucedida a título universal e sem solução de continuidade pela Sociedade em todos seus ativos e passivos, direitos e obrigações, de qualquer natureza, patrimoniais ou não patrimoniais. A operação se tornou efetiva em 01/04/2024 e os documentos societários que aprovaram a operação foram devidamente registrados perante as respectivas Juntas Comerciais, respectivamente, sob o nº 140.271/24-7 em São Paulo e 20244684057 em Santa Catarina.

CCBB 45 Participações S.A.

CNPJ nº 51.077.970/0001-26

Ata da Assembleia Geral de Constituição

Data/hora/local: 16/05/2022, 10hs, em São Paulo/SP. **Mesa:** Sr. **Cristiano Carvalho de Oliveira**, presidente; Sr. **Bruno Santana Barros**, secretário. **Deliberações aprovadas:** (i) A constituição de uma sociedade por ações, a ser denominada "CCBB 45 Participações S.A.", com capital social de R\$ 1.000,00, tendo sido constatada a integralização em dinheiro no montante de R\$ 100,00, equivalentes a 10%, depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A., conforme Boletim de Subscrição. (ii) Aprovada a proposta do Estatuto Social, com a seguinte redação final: "**Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração** - **Artigo 1º:** A Companhia gira sob a denominação social de "CCBB 45 Participações S.A." e tem sede e foro à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 24, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011, São Paulo/SP. Único: Essa denominação social poderá ser mantida em caso de falecimento de qualquer dos acionistas fundadores. **Artigo 2º:** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 3º:** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, podendo exercer ou não funções de gestão e administração dos negócios. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações** - **Artigo 4º:** O Capital Social da Companhia, a ser integralizado em moeda nacional, é de R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **§1º.** A responsabilidade dos acionistas fica limitada ao valor total das ações subscritas ou adquiridas. **§2º.** Nas deliberações da Companhia caberá a cada ação ordinária o direito a um voto. **§3º.** Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os acionistas fundadores, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **Artigo 5º:** As ações constitutivas do Capital Social serão emitidas com observância da legislação pertinente. **Artigo 6º:** A Companhia poderá emitir ações preferenciais, as quais não terão direito de voto, consistindo sua preferência no recebimento de dividendos de 8% dos lucros auferidos no exercício, ou outro percentual definido em Assembleia Geral. **Capítulo III - Da Administração da Sociedade.** **Artigo 7º:** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 2 diretores, cabendo a todos, em conjunto ou isoladamente, a administração geral da Companhia e sua representação jurídica, em juízo ou fora dele, ficando assim eleitos Diretores os Srs. **Cristiano Carvalho de Oliveira**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado em São Paulo/SP, e **Bruno Santana Barros**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado em São Paulo/SP, ambos eleitos para um mandato de 2 anos. Os Diretores acima eleitos declaram sob a pena da Lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **§1º.** Fica facultado aos Diretores, em conjunto ou isoladamente, constituírem procuradores que poderão representar a Companhia, nos limites constantes do mandato. **§2º.** É defeso a qualquer diretor usar a denominação social em negócios estranhos à Companhia, especialmente em atos de maior liberalidade em favor de terceiros. **Capítulo IV - Da Assembleia Geral** - **Artigo 8º:** A Assembleia Geral será convocada e instalada de conformidade com as normas legais, devendo reunir-se, ordinariamente, dentro dos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a sua realização, com prazo de convocação mínimo de 30 dias, através de instrumento escrito ou meio eletrônico. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal.** **Artigo 9º:** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **§1º.** Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§2º.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos. **Capítulo VI - Do Exercício Social e das Demonstrações Financeiras.** **Artigo 10º:** O exercício social coincidirá, sempre, com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro, quando, anualmente, serão levantados o balanço geral e as demais demonstrações financeiras do exercício, observadas as disposições da Lei 6.404/76. **§1º.** Poderá a Companhia, por deliberação da diretoria, levantar balanços intermediários e, com base nos resultados, convocar a assembleia geral para deliberar sobre a distribuição de dividendos, observadas as disposições legais e estatutárias. **Capítulo VII - Do Resultado, Reservas e Dividendos.** **Artigo 11º:** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. **Artigo 12º:** Do Lucro Líquido do exercício, 5% serão destinados à constituição da reserva legal; 25% para pagamento de dividendos, e o restante, colocado à disposição da assembleia geral, para deliberação. **Capítulo VIII - Da Liquidação da Companhia.** **Artigo 13º:** A Companhia dissolver-se-á, liquidar-se-á extingui-se-á nos casos legais, ou por determinação da assembleia geral que, nessa hipótese, estabelecerá a forma de liquidação, nomeando o liquidante, fixando-lhe a remuneração. **Artigo 14º:** A assembleia geral elegerá o Conselho Fiscal para o período de liquidação, se assim desejarem os acionistas." Em razão disto, o Sr. Presidente proclamou a constituição definitiva da sociedade por ações denominada "CCBB 45 Participações S.A.". Nada mais. São Paulo/SP, 16/05/2022. JUCESP/NIRE nº 3530061773-8 em 16/06/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Avvox Legal Technology Intelligence Ltda.

CNPJ/MF nº 35.295.832/0001-67 - NIRE: 35235676739

Alteração de Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, **Angelo Bueno Paschoini**, brasileiro, advogado, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 03/10/1977, portador da cédula de identidade RG nº M7963760 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.919.486-30, residente e domiciliado na Rua Doutor Mello Nogueira, nº 105, conjunto 202, Vila Baruel, São Paulo/SP, CEP 02510-040. Único sócio da empresa **Avvox Legal Technology Intelligence Ltda.**, sediada na Calçada das Margaridas, 163, Sala 02, Centro Comercial Alphaville, Barueri/SP, 06453-038, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.295.832/0001-67, registrada perante a JUCESP sob o NIRE 35235676739 ("Sociedade"), resolve alterar o Contrato Social da Sociedade nos termos e condições a seguir expostos: **1 - Da Constituição por Alteração de Natureza Jurídica da Sociedade Limitada Unipessoal em Sociedade por Ações:** O sócio único, resolve, neste ato, transformar a Sociedade de Sociedade Limitada Unipessoal para Sociedade por Ações, que passará a ser denominada "Avvox Legal Technology Intelligence S.A." ("Companhia"), mantendo-se todos os direitos e obrigações que compõem o patrimônio da Sociedade ora transformada, nos termos dos Artigos 220 a 222 da Lei 6.404/76. **2 - Do Capital Social:** O capital social da Companhia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), anteriormente dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, passa a ser representado por 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas. **3 - Do Ingresso de Acionistas:** O único acionista **Angelo Bueno Paschoini**, decide neste ato: i. Transferir 50 (cinquenta) ações ordinárias nominativas, de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas a **Thais Saraiva de Sousa**, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 49.648.873-9 e inscrita no CPF/MF sob o nº. 409.998.098-73, residente e domiciliada na Travessa Carpinteiro do Universo, 61, Bairro: Jardim da Conquista (Zona Leste), São Paulo/SP, CEP: 08344-130, pelo que dá e recebe, plena, geral e irrevogável quitação pela operação ora realizada. **4 - Da Eleição dos Membros da Diretoria da Companhia:** Diante das alterações promovidas, foram eleitos por unanimidade, os membros da Diretoria da Companhia, que exercerão mandato de 3 (três) anos, a saber: **Angelo Bueno Paschoini**, brasileiro, advogado, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 03/10/1977, portador da Cédula de Identidade RG nº M7963760 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.919.486-30, com endereço na Rua Doutor Mello Nogueira, nº 105, conjunto 202, Vila Baruel, São Paulo/SP, CEP 02510-040, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente da Companhia**; permitida a reeleição, tomando posse de suas funções mediante assinatura do Termo de Posse, que faz parte integrante deste instrumento de alteração. **Fausto Romera**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº. 27.992.336-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 261.218.958-02, com endereço na Rua Brigadeiro Gavião Peixoto, 604, Alto da Lapa, São Paulo - SP CEP 05078-000., para o cargo de **Diretor Financeiro da Companhia**, permitida a reeleição, tomando posse de suas funções mediante assinatura do Termo de Posse, que faz parte integrante deste instrumento de alteração. **Thais Saraiva de Sousa**, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 49.648.873-9 e inscrita no CPF/MF sob o nº. 409.998.098-73, residente e domiciliada na Travessa Carpinteiro do Universo, 61, Bairro: Jardim da Conquista (Zona Leste) - São Paulo/SP - CEP: 08344-130, para o cargo de **Diretora Operacional da Companhia**, permitida a reeleição, tomando posse de suas funções mediante assinatura do Termo de Posse, que faz parte integrante deste instrumento de alteração. **Declaração de Desimpedimento:** Os Diretores eleitos declaram sob as penas da lei não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia, seja por lei ou Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade. **Fixação da Remuneração do Diretor:** Fixar em até R\$ 150.000,00 a remuneração anual a ser paga aos Diretores eleitos para o exercício de 2024. Por não ser de funcionamento permanente, nem ter havido solicitação dos acionistas, não foi constituído o Conselho Fiscal, uma vez que a lei e o Estatuto, assim o permitem. **5 - Da Aprovação do Texto do Estatuto Social da Companhia:** Considerando as alterações promovidas neste instrumento, fica aprovado o texto do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Estatuto Social que compõe o Anexo I, que achado lido e aprovado, foi por todos assinado em 4 (quatro) vias de igual teor e forma. Barueri/SP, 27/03/2024. **Angelo Bueno Paschoini**, Acionista, Diretor Presidente; **Thais Saraiva de Sousa**, Acionista, Diretora Operacional; **Fausto Romera**, Diretor Financeiro. **Visto do Advogado:** Nome: Ana Beatriz de Souza Santos, OAB/SP: 476.013. JUCESP/NIRE nº 3530063687-2. JUCESP nº 190.320/24-2 em 26/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Planterra Análises, Meio Ambiente e Serviços Ltda.

CNPJ N.º 03.592.632/0001-80 - NIRE 35216081229

Ata de Reunião de Sócios para Diminuição do Capital Social

Aos 02/01/2024, 10 hs, na sede da sociedade. **Convocação e Presença** - Dispensada a publicação de editais de convocação. **Presentes** - Maria Cristina Romero Penha, RG: 7.967.229-2-SSP SP, CPF: 091.755.348-94, Antonio Carlos Penha, RG: 8.030.551-9- SSP SP, CPF/MF: 842.611.888-72, e Rodrigo Romero Penha, engenheiro químico CREA nº 5062813899 e contador de imóveis CRECI nº 213487-F, RG: 26.386.219-7 SSP SP, CPF/MF: 314.204.648-84. **Ordem do dia** - Consoante à cláusula 2ª do contrato social consolidado, os sócios resolvem reduzir o capital social no valor de R\$ 515.000,00 nos termos do artigo 1.082 inciso II do Código civil, considerando que o valor atribuído ao capital social se tornou excessivo em relação ao objetivo da sociedade, de modo que, o capital social que atualmente é de R\$ 615.000,00, passará a ser de R\$ 100.000,00. Dessa Forma declara ainda que, conforme disposto no artigo 1.084 do Código Civil, que a redução do capital social será realizada restituindo-se parte do valor das quotas aos sócios. Deliberação Tomada por Unanimidade e sem Qualquer Restrição - Após exame e discussão da matéria, os sócios por unanimidade e sem reservas ou quaisquer restrições, aprovam a redução do capital social por este se apresentar excessivo em relação ao objetivo da sociedade. **Encerramento e Aprovação da Ata** - Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios presentes.

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 5,1079 / R\$ 5,1085 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,1021 / R\$ 5,1041 *
Turismo - R\$ 5,1380 /
R\$ 5,3180
(*) cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio livre
mercado
no dia: 0,04

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,31%
Pontos: 127.750
Volume financeiro:
R\$ 20,358 bilhões
Majores altas: ISA
CTEEP PN (5,19%),
MRV ON (3,57%),
Marfrig ON (3,56%)
Majores baixas: IRB Brasil
RE ON (-6,81%), Eletro-
bras ON (-3,53%), TIM
ON (-2,89%)

S&P 500 (Nova York):
0,09%
Dow Jones (Nova York):
-0,49%
Nasdaq (Nova York):
0,65%
CAC 40 (Paris): 0,35%
Dax 30 (Frankfurt): 0,35%
Financial 100 (Londres):
0,05%
Nikkei 225 (Tóquio):
0,73%
Hang Seng (Hong Kong):
0,42%
Shanghai Composite
(Xangai): 0,54%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): 0,35%
Merval (Buenos Aires):
4,21%
IPC (México): -0,33%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Abril 2023: 0,61%
Maio 2023: 0,23%
Junho 2023: -0,08%
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%
Março 2024: 0,16%

Data Mercantil

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Hidroviás do Brasil Holding Norte S.A.

CNPJ/MF nº 20.280.037/0001-28

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstrações de Fluxo de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)											
Ativos	Nota	2021	2020	Passivos e Patrimônio Líquido	Nota	2021	2020			2021	2020								
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.374	112	Fornecedores	7	14	-												
Títulos e valores mobiliários	5.1	-	1.225	Dividendos a pagar		611	611												
Impostos a recuperar		7	2	Outras contas a pagar		19	10												
Imposto de renda e contribuição social		17	7	Total do passivo circulante		644	621												
Dividendos a receber		435	435	Partes relacionadas	8	-	45.000												
Total do ativo circulante		1.833	1.781	Total do passivo não circulante			45.000												
Impostos a recuperar		4	6	Patrimônio Líquido															
Investimentos	6	442.518	315.533	Capital social	9	701.971	496.971												
Total do ativo não circulante		442.522	315.539	Adiantamento para futuro aumento de capital		16.018	16.018												
Total do ativo		444.355	317.320	Prejuízos acumulados		(274.278)	(241.290)												
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras				Total do patrimônio líquido		443.711	271.699												
				Total do passivo e patrimônio líquido		444.355	317.320												
				Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas															
				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)															
1. Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2014 e tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 – 7º andar – Pinheiros, tendo por objetivo principal a participação no capital de outras Companhias. Em 31 de agosto de 2015, a razão social da Companhia foi alterada para Hidroviás do Brasil Holding Norte S.A. (“Companhia” ou “HBNH”).				2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras – a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 14 de maio de 2024. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 3 (b) – consolidação: determinação de se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada a mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“inputs”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 10 – Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos. d) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 3. Principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. a) Mudança nas políticas contábeis: A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. b) Investimentos em controladas: Em 1º de janeiro de 2019 as empresas Hidroviás do Brasil Vila do Conde S.A. e Hidroviás do Brasil Adm Portuária de Santos foram incorporadas pela Companhia. Com este movimento, que faz parte da estratégia da Companhia para otimizar sua estrutura societária, as empresas Hidroviás do Brasil Vila do Conde S.A. e Hidroviás do Brasil Adm Portuária de Santos, se tornaram controladas pela Hidroviás do Brasil Holding Norte S.A. As demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através d. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida. • Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. As Companhias investidas são:				são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado): • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado): • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros – Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio: O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:				Ativos financeiros a VJR				Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.			
Controladas diretas				Ativos financeiros a custo amortizado				Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.											
Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A.				Instrumentos de dívida a VJORA				Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.											
Hidroviás do Brasil – Adm Portuária de Santos				Instrumentos patrimoniais a VJORA				Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.											
Investimentos em entidades controladas pelo método de equivalência patrimonial: Os investimentos da Companhia em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. c) Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. d) Instrumentos financeiros e de patrimônio: Reconhecimento e mensuração inicial: Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) – instrumento patrimonial; ou ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados				Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transferir os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferir nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos,															
Participação – %				2021				2020											
Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A.				100,00				100,00											
Hidroviás do Brasil – Adm Portuária de Santos				100,00				100,00											
Investimentos em entidades controladas pelo método de equivalência patrimonial: Os investimentos da Companhia em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. c) Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. d) Instrumentos financeiros e de patrimônio: Reconhecimento e mensuração inicial: Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) – instrumento patrimonial; ou ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados				2021				2020											
Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A.				100,00				100,00											
Hidroviás do Brasil – Adm Portuária de Santos				100,00				100,00											

Publicidade Legal

... continuação

	2021	2020
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado:		
Fornecedores	Nível 2 14	-
Contas a pagar com partes relacionadas	Nível 2 -	45.000
Outras contas a pagar	Nível 2 19	10
10.2. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado: Os instrumentos financeiros da Companhia, com exceção dos derivativos, são classificados como valor justo por meio do resultado e por custo amortizado, o passivo pelo custo amortizado, e são substancialmente remunerados por taxas de mercado. Os valores justos desses instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2019.		
10.3. Gerenciamento de risco: Gerenciamento de risco financeiro: Visão geral: Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional. A Companhia tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora; essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são: • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de taxa de juros. Estrutura de gerenciamento de risco: Risco de crédito: É o risco de a Companhia e d sofrerem prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados por aplicações financeiras. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões internas realizadas pela controladora final para tomadas de decisões. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. O valor contábil do instrumento financeiro que representa exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras é:		
	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	1.374	112
Títulos e valores mobiliários	-	1.225
Risco de liquidez: É o risco de que a Companhia possui de eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista. A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez		

Hidroviás do Brasil Holding Norte S.A.		2021	2020
suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e d devem quitar as respectivas obrigações:			
	2021	2020	
Próximos Entre 13 e Entre 25 e 37 meses			
12 meses 24 meses 36 meses em diante			
Fornecedores	14	-	-
Risco de taxa de juros: O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:			
	2021	2020	
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	1.374	112	
Títulos e valores mobiliários	-	1.225	
Análise de sensibilidade: A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação da taxa de câmbio e de juros. Para a data base de 31 de dezembro de 2021, não há instrumentos financeiros expostos a análise de sensibilidade.			
10.4 Gestão de capital – A política da Administração da Companhia é manter uma sólida estrutura de capital para manter a confiança dos investidores, credores e clientes de mercado, mantendo o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de alavancagem financeira (empréstimos) e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital equilibrada. A dívida da Companhia para a relação do patrimônio líquido final de 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 é apresentada a seguir:			
	2021	2020	
Total dos passivos circulante e não circulante	(644)	(45.621)	
Caixa e equivalentes de caixa	1.374	112	
Títulos e valores mobiliários	-	1.225	
Suficiência (Insuficiência) líquida de caixa	730 (44.284)		
Patrimônio líquido	443.711	271.699	
Relação entre patrimônio e a (Insuficiência) sobre líquida de caixa	60.782% (614%)		
11. Despesas gerais e administrativas			
	2021	2020	
Salários, encargos e benefícios	(2)	-	
Serviços de terceiros	(15)	(39)	
Viagens e Passagens	(1)	-	
Outras (despesas) receitas	(1)	-	
Total	(19)	(39)	

	2021	2020
Classificados como:		
Gerais e administrativas	(19)	(39)
Total	(19)	(39)
12. Resultado financeiro		
Receitas:		
Rendas de aplicações financeiras	57	35
(1) Pis e Cofins s/ Receita Financeira	(3)	(2)
Outras	-	2
Total	54	35
Despesas:		
Outras	-	-
Total	-	-
Resultado financeiro líquido	54	35
13. Imposto de renda e contribuição social – A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, ao qual apresentou Lucro Contábil e, consequentemente, a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de IRPJ e CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal abre margem para interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante, de acordo com a previsão de realização.		
	2021	2020
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(32.980)	(230.776)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL à Alíquota Nominal	11.216	78.464
Ajustes Permanentes:		
Equivalência patrimonial	(11.222)	(78.462)

	2021	2020
Outros ajustes:		
Imposto diferido s/ diferenças temporárias e prejuízos fiscais não reconhecidos	1	(2)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8)	-
Impostos correntes	(8)	-
Impostos diferidos	-	-
Total	(8)	-
Alíquota efetiva	(242,5%)	0%
A Hidroviás do Brasil Holding Norte S.A. acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação ao período objeto desta demonstração financeira, em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada.		
14. Eventos Subsequentes – Logística de Sal: A sua subsidiária Vila do Conde S.A. vinha realizando iniciativas para viabilizar potencial operação de logística de sal no Rio Grande do Norte, em razão da negativa da ANTAQ quanto ao registro de instalação flutuante fundada para tal operação, que alegou que, segundo decisão proferida, essa operação retiraria competitividade do terminal público que seria objeto de leilão durante o ano de 2022. Naquela oportunidade, a Companhia recorreu administrativamente e, sem reverter tal decisão, esgotada a esfera administrativa, ingressou com ação judicial com pedido liminar para obtenção de referido registro, a qual também teve seu pedido negado. Diante de tal óbice regulatório intransponível para referida operação, sem solução também na esfera judicial, em 2023 a Companhia assumiu a inviabilidade de realizar a operação de logística de sal no Rio Grande do Norte nos modelos inicialmente pensados. Nesse contexto, restou evidente para a Companhia o direcionamento de seus esforços e recursos para futuros e potenciais projetos com condições mais atrativas de retorno. Dessa forma, diante das diferentes oportunidades presentes em sua operação e no mercado, a Companhia estuda a melhor forma de utilizar o ativo customizado e que seria direcionado para referida operação como "porto flutuante", denominado, HB Potiguar. Aumento de Capital: Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2022, foi autorizado o aumento do capital social da Holding Norte S.A. em R\$ 450 mil (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), totalmente integralizado por sua única acionista Hidroviás do Brasil S.A.		
Diretoria		
Fabio Abreu Schettino – Diretor Presidente		
Tiago Raphael de Carvalho – Diretor de Operações		
Contador		
Felipe Nezio de Castro – CRC ISP 324.785/O-3		

Aos Conselheiros e Diretores da Hidroviás do Brasil – Holding Norte S.A. | São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Hidroviás do Brasil – Holding Norte S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidroviás do Brasil – Holding Norte S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos

que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem

ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza

relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de maio de 2024.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP 014.428/O-6
Andre Fonseca da Rocha
 Contador CRC 1SP 265.531/O-8

Ipsis Gráfica e Editora S.A.

RELATORIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas: Atendendo às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários ao perfeito conhecimento das contas apresentadas. Santo André, 31 de março de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS		2023	2022
Ativo		89.810.369,57D	74.213.870,59D
Circulante		59.731.702,55D	54.781.158,89D
Disponível		21.280.565,00D	12.731.709,04D
Crédito por vendas		19.925.878,34D	16.074.410,98D
Adiantamento e empréstimo		242.499,77D	203.694,23D
Estoques		7.429.623,45D	17.076.893,49D
Títulos e valores mobiliários		1.579.848,83D	420.614,81D
Impostos a recuperar		9.228.433,66D	8.273.836,34D
Despesas de exercício seguinte		44.853,50D	-
Ativo não circulante		30.078.667,02D	19.432.711,70D
Imobilizado		30.050.190,28D	19.391.029,88D
Bens intangíveis		28.476,74D	41.681,82D
Passivo		89.810.369,57C	74.213.870,59C
Circulante		46.105.101,45C	41.468.500,78C
Obrigações operacionais		35.705.402,49C	33.567.565,72C
Fornecedores		19.406.062,30C	20.140.798,31C
Adiantamento de clientes		1.129.744,92C	1.646.905,36C
Adiantamento venda futura		11.757.285,44C	10.754.880,76C
Empréstimos e financ. - Curto prazo		3.412.309,83C	1.024.981,29C
Obrigações trabalhistas		819.169,78C	763.919,51C
Obrigações previdenciárias		687.158,48C	537.912,86C
Obrigações tributárias		645.028,24C	541.465,55C
Outras obrigações		16.402,76C	-
Provisões		8.231.939,70C	6.057.637,14C
Exigível não circulante		23.821.304,70C	20.250.778,60C
Obrigações operacionais		9.580.144,03C	9.580.144,03C
Empréstimos e financiamentos		12.815.557,64C	10.670.634,57C
Dividendos e lucros distribuídos		1.425.603,03C	-
Patrimônio líquido		19.883.963,42C	12.494.591,21C
Capital social		2.200.000,00C	2.200.000,00C
Reserva de capital		6.357,62C	6.357,62C
Reserva de lucros		17.677.605,80C	10.288.233,59C

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES		2023	2022
Lucro líquido do exercício		9.889.489,33	9.801.077,46
Result. abrang. total do exercício		9.889.489,33	9.801.077,46

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2023	2022
Capital realizado autorizado		2.200.000,00	2.200.000,00
Reservas de capital		5.873,51	484.114.400,00
Reserva de lucros		9.876.257,16	(28.023,57)
Reserva legal acumulada		7.389.489,33	-
Ajuste exercício anterior		(117,12)	(117,12)
Total		17.265.746,49	(28.140,69)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 1 – Contexto Operacional: A Companhia Ipsis Gráfica e Editora S.A., com sede a Rua Vereador Jose Nanci N. 151 – Parque Jacatuba – Santo André – SP, inscrita no CNPJ 61.407.078/0001-10 é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 08/08/1966, e tem como objeto social a composição e encadernação de livros, anuários, revistas, jornais e catálogos e a edição de livros e revistas, podendo também estabelecer, adquirir e explorar indústria e comércio relacionados. **Nota 2 – Resumo dos procedimentos contábeis:** a) As demonstrações financeiras são apresentadas em conformidade com as disposições da lei 10638/08 e da legislação tributária vigente; b) As receitas e despesas foram registradas segundo o regime de competência; c) Os valores realizáveis no curso do exercício social subsequente foram classificados no ativo e no passivo circulante, respectivamente; d) Os estoques foram avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao preço de mercado; e) As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos proporcionais até a data do balancete; f) A depreciação do ativo imobilizado foi calculada pelo método linear de acordo com as taxas admitidas pela legislação tributária, que expressam a estimativa utilidade dos bens; g) Não foram constituídas provisões para perdas ou riscos de créditos, pois sua base estimada foi julgada irrelevante; h) A variação cambial é tributada no regime de caixa; i) Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, levando em consideração os custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado; j) Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada; k) Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas; l) Não existência de fatos ocorridos subsequentemente (Eventos Subsequentes) à data de encerramento do exercício que possa impactar de forma relevante a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possa provocar efeitos sobre seus resultados futuros. **Nota 3 – Forma de Tributação:** A opção pela forma de tributação neste exercício é pelo LUCRO REAL TRIMESTRAL manifestada pelo recolhimento da primeira quota do imposto devido. **Nota 4 – Capital Social:** O Capital Social compõe-se de 20.650.536 ações, sendo 3.441.756 ações preferenciais e 17.208.780 ações ordinárias, no valor nominal de R\$ 0,106534765 cada uma, o qual permaneceu inalterado.

Fernando Steven Ullmann – Diretor Presidente
Marcos Parziali – CRC/SP Nº SP-140505/O-5

Cotação das moedas



- Coroa (Suécia) - 0,4776
- Dólar (EUA) - 5,1085
- Franco (Suíça) - 5,6168
- Iene (Japão) - 0,03273
- Libra (Inglaterra) - 6,4914
- Peso (Argentina) - 0,00575
- Peso (Chile) - 0,00576
- Peso (México) - 0,3084
- Peso (Uruguai) - 0,1327
- Yuan (China) - 0,7061
- Rublo (Rússia) - 0,05658
- Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,5489

Negócios

Maior Bolsa de energia do mundo vai lançar plataforma no Brasil em junho



A N5X, joint venture entre a EEX (European Energy Exchange) e o L4 Venture Builder, fundo ligado à B3, vai começar a operar em junho no Brasil. A ideia da empresa é se tornar a primeira Bolsa de energia do país, hospedando negociações de derivativos de energia, instrumento de proteção da oscilação de preços que atrai especuladores, segundo a CEO da empresa, Dri Barbosa.

Inicialmente, a plataforma vai se limitar a hospedar informações sobre as negociações bilaterais no mercado livre de energia -onde grandes empresas negociam a compra de eletricidade com geradores, a partir de comercializadoras. Nessa fase, após fecharem acordos, as empre-

sas preencherão uma boleta da N5X, padronizando o formato dessas negociações. A B3 já opera uma ferramenta semelhante.

(Boleta é uma ferramenta que centraliza e facilita a negociação de ativos na Bolsa. Quando se pretende comprar, vender, estabelecer o preço e quantidade de negociação, o investidor insere os dados na boleta. Nela também é possível colocar o tempo em que a ordem acabará ficando no mercado.)

Hoje, as empresas que vendem e compram energia no mercado livre de energia precisam registrar a operação na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) até um mês depois do mês de consumo. Atualmente, 150 empresas estão no portfólio

da N5X, sendo algumas subsidiárias dos principais grupos de energia do país, como Cemig e Eletrobras, ou comercializadoras ligadas a instituições financeiras, como a do Banco ABC. Grandes empresas, como Petrobras, Raizen e Assaí Atacadista, também aderiram à plataforma.

Segundo Barbosa, a abertura em junho será gradual, com a N5X selecionando entre 5 a 10 compradores e vendedores de energia para registrar suas negociações bilaterais na plataforma. “Depois desse período inicial, a gente vai abrir para todo mundo”, diz. O segundo passo da N5X será fazer com que as transações bilaterais entre os grandes atores do mercado aconteçam dentro da plataforma.

Pedro Lovisi/Folhapress

Rival da Shein e Shopee, Temu já pode operar no Brasil pelo Remessa Conforme

A varejista chinesa Temu passou a fazer parte da lista de empresas certificadas no programa Remessa Conforme, do governo federal, que oferece isenção do Imposto de Importação para mercadorias até US\$ 50.

A Temu, do grupo Pinduoduo, divulgou em seu site que a plataforma estará disponível no Brasil “em breve” e detalhou o processo de compra dentro das normas.

Sob o nome Elementary Innovation Pte Ltd, a certificação da Temu no Remessa Conforme foi publicada nesta segunda-feira em ato declaratório no Diário Oficial da

União (DOU).

Segundo o ato declaratório, a certificação se refere exclusivamente às vendas efetuadas por meio do endereço eletrônico

Procurada, a Temu não respondeu de imediato a pedido de comentários da Reuters.

A empresa é uma de Shopee e Shein, e já é uma gigante na Ásia e nos EUA.

Ao contrário da Shein, que produz seus próprios itens de moda de marca, a Temu é um mercado terceirizado semelhante à Amazon e apenas uma fração dos gastos do cliente se traduz em sua própria receita.

IstoéDinheiro



Microsoft anuncia lançamentos de inteligência artificial para o sistema Windows



A Microsoft deseja que os usuários de laptops se sintam tão confortáveis com seu chatbot de inteligência artificial que ele se lembre de tudo o que você está fazendo no computador e ajude a descobrir o que deseja fazer a seguir.

A gigante do software revelou, nesta segunda-feira, 20, a versão atualizada do Copilot, seu assistente de IA, enquanto enfrenta a concorrência acirrada de rivais da Big Tech no lançamento de tecnologia de IA generativa.

Os anúncios antes da conferência anual de desenvolvedores Build da Microsoft em Seattle centraram-se na incorporação de recursos de IA em um produto onde a Microsoft já tem os olhos de milhões de consumidores: o sistema ope-

racional Windows para computadores pessoais.

Os novos recursos incluirão o Windows Recall, permitindo que o assistente de IA “acesse virtualmente o que você viu ou fez no seu PC de uma forma que parece ter uma memória fotográfica”. A Microsoft promete proteger a privacidade dos usuários, dando-lhes a opção de filtrar o que não desejam que seja rastreado.

Os novos PCs com Windows aprimorados por IA começarão a ser lançados em 18 de junho em computadores fabricados pelos parceiros da Microsoft Acer, ASUS, Dell, HP, Lenovo e Samsung, bem como na linha de dispositivos Surface da Microsoft. Mas eles serão reservados para modelos premium a partir de US\$ 999.

IstoéDinheiro